

Recebido em out. 2007
Aprovado em jan. 2008

IDÉIAS INATAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

FELIPE DE MATOS MÜLLER *

RESUMO

Normalmente, estuda-se ou a filosofia política ou a teoria do conhecimento de John Locke. Uma implicação entre estes dois campos do saber, raramente, é encontrada nos livros. Contudo, fazê-la parece ser de vital importância. No Livro I do *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, John Locke defende a posição de que o inatismo é uma doutrina do preconceito, podendo levar a uma atitude de “credulidade cega” em seus governantes. O resultado político dessa atitude é a rejeição da concepção paternalista e despótica do poder. Locke refuta convincentemente as teorias inatistas, sejam elas epistemológicas ou políticas. Assim, a questão que se propõe este trabalho é mostrar quais os argumentos de caráter epistemológico apóiam os argumentos políticos da filosofia de Locke, sobretudo, aqueles que visam a refutar o absolutismo.

PALAVRAS-CHAVE

John Locke. Inatismo. Política. Epistemologia.

ABSTRACT

The political philosophy or the theory of knowledge of John Locke is normally studied. Rarely, an implication between these two fields of knowledge is found in books. However, to do so, seems to be of vital importance. In the Book I of *An Essay Concerning Human Understanding*, John Locke defends the position that the innatism is a doctrine of the preconception, being able to lead to an attitude of “blind credulity” in its governors. The political result of this attitude is the rejection of the paternalist and absolute conception of the power. Locke convincingly refutes the epistemological or political innatist theories. Thus, the question considered in this work is to show which arguments of epistemological character base the political arguments of Locke’s philosophy, over all, those that aim to refute the absolutism.

KEYWORDS

John Locke. Innatism. Political. Epistemological.

* Graduado, Mestre e Doutor em Filosofia pela PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (1997, 2000 e 2004). Atualmente é Professor Adjunto da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL e professor titular da FACULDADE IDC. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Epistemologia.

Normalmente, estuda-se ou a filosofia política ou a teoria do conhecimento de John Locke. Uma implicação entre estes dois campos do saber, raramente, é encontrada nos livros. Entretanto, Locke abordou estes dois grandes temas, de modo saliente, nas obras *Two Treatises of Government (Dois Tratados sobre o Governo)* e *An Essay Concerning Human Understanding (Um Ensaio acerca do Entendimento Humano)**. A partir destas duas obras, este ensaio, visa a buscar quais argumentos do *Ensaio* sustentam a argumentação contra o absolutismo. Para isso, não se pretenderá apresentar e analisar toda a teoria do conhecimento de Locke, mas, de modo específico, apenas aquela parte, da sua filosofia do conhecimento, que está implícita em seus argumentos políticos e que se encontra de modo especial na primeira parte do *Ensaio*.

O *Ensaio acerca do entendimento humano*¹ (*An Essay Concerning Human Understanding*), publicado em

* Utilizamos para citar o *Ensaio acerca do Entendimento Humano (An Essay concerning Human Understanding)* a sigla: E.E.H.. a Localização da referência e as citações são dadas em algarismos arábicos; p. ex.: E.E.H., 3.2.6. = Livro 3, capítulo 2 e seção 6 do *Ensaio*. E, utilizamos para citar os *Dois tratados sobre o Governo (Two Treatise of Government)* a sigla DT. As citações são dadas como 1T e 2T e um número de seção: p. ex.: 2T§5, significa que a seção pertence ao *Segundo Tratado*.

¹ Sua pesquisa e reflexão duraram muito tempo, cerca de vinte anos. Os primeiros dois rascunhos do *Ensaio*, chamados A e B, datam de 1671, o terceiro rascunho, denominado C, tem data imprecisa entre 1680 e 1690. Uma condensação do *Ensaio* foi publicada na revista *Bibliothèque universelle*, em janeiro de 1688. Esta condensação não continha o Livro I, que trata sobre a negação dos princípios inatos, que foi anexado dois anos mais tarde. Assim, a versão completa e definitiva surgiu em 1690.

1690, é a obra em que Locke trata extensiva e detalhadamente o problema do conhecimento. O *Ensaio* constitui uma longa e pormenorizada demonstração de uma tese: a de que o conhecimento é fundamentalmente derivado da experiência sensível. Entretanto, corresponde em suas origens a um interesse de natureza moral, uma vez que não lhe diz respeito conhecer todas as coisas, mas apenas as que se referem à conduta humana (cf.E.E.H.,1.1.6.). Cito Locke:

Os homens têm razão para estar bem satisfeitos com o que Deus pensou que lhes era adequado, pois ele lhes deu (...) tudo o que é necessário para as conveniências da vida e informação da virtude, e colocou ao alcance de sua descoberta provisão suficiente para essa vida e o meio que leva para uma melhor. Por mais estrito que esteja o seu conhecimento de uma compreensão perfeita ou universal do que quer que seja, ainda assim as importantes preocupações dos homens são asseguradas de luz suficiente para alcançar o conhecimento de seu Criador e a observação de seus próprios deveres (E.E.H.,1.1.5.).

Locke considera imperdoável e desprezível a atitude daquele que menospreza as vantagens do conhecimento que recebeu e se descuida em aperfeiçoá-lo. Na *Carta ao Leitor* chega a declarar que “não vale a pena se preocupar com o que disse ou pensa quem diz ou pensa tão somente de acordo com a orientação de outrem”. E na introdução do *Ensaio* afirma que: “a vela que foi colocada em nós brilha o suficiente

para todos os nossos propósitos” (E.E.H.,1.1.5.). Não se faz necessária a demonstração dogmática e imoderada. Assim, Locke crê não ser preciso depender do entendimento alheio.

O Livro I consiste em um ataque à doutrina do inatismo. Todavia, os comentadores não concordam entre si quanto a quem Locke está atacando. Cito Michaud:

Importa pouco saber se ele ataca mais Descartes ou os platônicos de Cambridge do que os escolásticos que procedem dedutivamente a partir de princípios acordados, ou se não inventara um alvo *ad hoc* para melhor expor suas idéias: de qualquer modo ele quer opor aos princípios sagrados e inquestionáveis, aos argumentos de autoridade, a necessidade de uma *apropriação ativa da verdade* pelo exercício das faculdades do indivíduo (MICHAUD, 1991, p.78.)².

Todavia, Locke faz questão de deixar bem claro que a existência de princípios inatos é opinião de alguns. Mais adiante, acusará seus arguidores de se acharem melhores do que os outros, pois eles têm como “razoável que suas persuasões privadas, ou a de seus adeptos, sejam tomadas por assentimento universal” (E.E.H.,1.1.20.), sem levar em consideração a opinião do resto dos homens. Cito Locke:

Consiste numa opinião estabelecida entre alguns homens que o entendimento comporta certos

² Ver ainda: YOLTON, 1996, p. 129-132; WOOLHOUSE, 1983, p. 16-44; LOWE, 1995, p. 15-18. FRASER *in* LOCKE. v. I, 1959, p.xl-xlix.

princípios inatos, certas noções primárias³, *Koinai énoiai*, caracteres, os quais estariam estampados na mente do homem, cuja alma⁴ os recebera em seu ser primordial e os transportara consigo ao mundo (E.E.H.,1.1.1.).

Portanto, a principal tese combatida por Locke consiste em que alguns homens defendem a existência de certas idéias e princípios inatos. Contudo, Locke não demonstra que a doutrina que ataca é falsa, apenas que não é necessária.

No Livro IV do *Ensaio*, Locke defende a postura de que uma hipótese não deve ser aceita muito precipitadamente enquanto não forem bem examinados seus detalhes e efetuados vários experimentos naquilo que se deseja explicar (cf.E.E.H.,4.12.13.). Deve-se, ainda, verificar se tal hipótese contradiz os resultados da pesquisa feita, se seus princípios conduzem até o fim desejado e se não são incompatíveis com um fenômeno

³ Yolton defende que as expressões assemelhadas para descrever “princípios inatos”, bem como: “noções primárias” e “caracteres estampados na mente do homem” e outras mais, citadas em outras partes, se assemelham às expressões metafóricas usadas para expressar a lei natural, em panfletos e opúsculos do início do século e que acabaram por tornar esta obscurecida.

⁴ “Em alguns lugares, encontramos Locke usando *espírito* em vez de *alma*. A maioria das outras referências à alma nessa obra ocorre quando ele discute doutrinas ou afirmações específicas a que se opõe: a afirmação de princípios inatos na mente; a afirmação cartesiana de que o pensamento é a essência da alma e de que, portanto, a alma sempre pensa; a afirmação de que a identidade pessoal requer identidade com a alma; a sugestão de Locke de que Deus poderia adicionar pensamento a algum pedaço organizado de matéria; e a questão sobre espécies naturais suscitada pela existência de criaturas defeituosas, idiotas e monstros”. (YOLTON, 1996, p.19.).

da natureza. Ele também usa a palavra hipótese para referir-se a doutrinas de que discordava ou a pontos de vista que acreditava serem falsos (cf. YOLTON, 1996, p.117-118.). Portanto, fica clara a posição negativa de Locke, desde o início, frente a tais formulações do conhecimento de caráter inatista; e, por sua vez, a idéia de que o ônus da prova pertence a estes últimos, a fim de que suas convicções possam ser aceitas.

Entretanto, Locke ataca a corrente que assegura que o conhecimento não vem da experiência, mas é inato; ou a que assegura que os materiais do conhecimento, as idéias, são inatas? Existem muitas passagens referentes a idéias inatas⁵, onde elas são discutidas, mas seu sentido escondido aponta para o conhecimento inato. Quando Locke quer dizer que as idéias, ou o material do nosso conhecimento, são derivados da experiência, ele não quer dizer que isso é conhecimento. O ataque a existências de idéias inatas é tomado não pela sua própria força, mas como uma rejeição direta do conhecimento inato, pois o conhecimento inato pressupõe idéias inatas. Assim, o Livro I ataca primeiramente o conhecimento ou princípios inatos, mais do que as idéias inatas, o material do conhecimento⁶.

Segundo Locke, um princípio, na sua forma, é proposicional, como ele deixa claro através de dois de seus exemplos: “uns dos mais glorificados princípios da demonstração, *qualquer coisa que é, é e é impossível para a mesma coisa ser e não ser*” (E.E.H.,1.2.4.). E uma idéia, ou noção, é somente um ingrediente dessa proposição.

⁵ E.E.H., 1.2.15;16;18;22;23. e 1.4.ss.

⁶ Ver: DANCY and SOSA, 1992, p.259; WOOLHOUSE, 1983, p.45-56. FRASER IN LOCKE, 1959, p.lxii-lxiii.

Portanto, se um princípio é inato, sempre conterà idéias que igualmente deverão ser inatas, de tal modo que idéias inatas implicam princípios inatos.

Segundo Woolhouse, entre os contemporâneos de Locke, havia as seguintes concepções: (1) A quantidade de conhecimentos que temos, especialmente o conhecimento de verdades necessárias, é tanta, que não poderia ter sido adquirida por observação e experiência do mundo. Assim, o fato de não poder explicar tanto conhecimento levantaria a suposição de que só poderia ser inato. (2) A doutrina do conhecimento inato poderia explicar alguma coisa do nosso conhecimento de verdades necessárias. Assim, o inatismo seria suposto para explicar nosso conhecimento de verdades necessárias em geral. (3) A doutrina do conhecimento inato poderia explicar conhecimento de verdades óbvias, em particular. Muitas passagens do *Ensaio* deixam aberta a interpretação de que os adversários de Locke associaram inatismo a verdades óbvias (cf. WOOLHOUSE, 1983, p. 21-24.).

“Segundo a prática comum do seu tempo, ele divide estes princípios entre especulativos e práticos” (WOOLHOUSE, 1983, p.19.). As doutrinas inatistas ameaçavam muito a liberdade, por isso, para Locke “o inatismo a respeito de princípios morais, políticos e religiosos deve ter sido de interesse mais urgente” (LOWE, 1995, p. 23.). Apesar de, no final do *Ensaio*, Locke salientar a discussão dos princípios especulativos, ele caracteriza seus adversários como interessados principalmente nos princípios práticos. Mesmo assim, o *Ensaio* refere-se aos dois tipos de princípios. E a estrutura do seu ataque é equivalente em ambos.

Quando Locke afirma que *nenhum princípio especulativo é inato*, não nega o inatismo, mas que não há um assentimento universal sobre o inatismo de tais princípios, ou seja, ataca o antecedente do condicional. São três as razões que Locke utiliza para refutar o assentimento universal: (1) o assentimento não é universal, pois crianças e idiotas não possuem tais princípios; (2) tais princípios não são assentidos quando surge a razão; (3) Não é verdade que todo princípio em que se dá assentimento imediato ao ser escutado é inato.

Locke ataca na raiz. Se o que sustenta os princípios inatos é um assentimento universal, então o inatismo não existe, pois nem crianças nem idiotas possuem princípios como *qualquer coisa que é, é*. “Esta falha é – para Locke – suficiente para destruir o assentimento universal” (E.E.H.,1.1.5.)⁷. E, portanto, derrubar o inatismo. Os inatistas, no entanto, revisam sua afirmação dizendo que “[...] os homens sabem quando chegam ao uso da razão”; que “este é o instante em que as [idéias inatas] observamos através da mente” (E.E.H.,1.1.12.).

Neste segundo momento, Locke volta a atacar o centro da questão. Mostra que não é fato que princípios como o de identidade e o de não-contradição são imediatamente percebidos e conhecidos, chegando o

⁷ Não é válido afirmar a existência de algo que não se possa comprovar, i. é, mostrar ou demonstrar. O fato de existir algo a que não temos acesso algum, não faz sentido. Contudo, se tais verdades impressas na mente não são conhecidas em momento algum é uma coisa e afirmar que não são conhecidas em circunstâncias ou períodos restritos é outra coisa. A primeira é absurda, contudo a segunda não. Pode haver outros motivos pelos quais tais princípios não são conhecidos de imediato.

tempo da razão. Como afirma Locke – “a posse do uso da razão não corresponde ao instante em que chegamos a conhecer as máximas” (E.E.H.1.1.12.). Portanto, se o conhecimento destes axiomas não se dá de modo imediato, só resta supor que se dêem de modo mediado. Portanto, a razão auxilia na descoberta destes princípios. Daqui surgem três questões analisadas por Locke: (a) Se a razão auxilia na descoberta de alguns princípios, então não haveria a possibilidade de diferenciar o que é princípio de outros conhecimentos, assim tudo seria considerado inato. Ou logo que os homens começam a usar a razão, tais princípios passam a ser conhecidos e observados, ou o uso e o exercício da razão auxilia na descoberta destes princípios, fazendo com que se tornem conhecidos. Se o uso e o exercício da razão descobrem estes princípios, então se deve admitir que qualquer verdade que a razão descobre é inata. Por este meio, “não haverá diferença entre as máximas⁸ dos matemáticos e os teoremas deduzidos delas, devendo tudo ser igualmente suposto inato” (E.E.H.,1.1.8.).

⁸ “O *Ensaio* observa que há tipos de proposições que, sob o nome de máximas e axiomas, têm passado por ser princípios de ciência. A referida ciência é qualquer corpo organizado de conhecimento... Tais máximas, afirmou-se, são evidentes em si mesmas, uma propriedade que levou muitos autores a dizerem que eram inatas (verdades especulativas inatas). A tese de que o conhecimento é derivado de princípios básicos como o de identidade (“o que é, é”) ou a contradição (“nenhuma coisa pode, ao mesmo tempo, ser e não ser”) foi conspícua no século de Locke. Um de seus primeiros críticos, John Sergeant, defendeu essa tese num extenso livro, *The method to Science* (1696). Um outro crítico, Henry Lee (*Anti-Scepticism*, 1702), apresentou uma argumentação semelhante, embora mais refinada”. (YOLTON, 1996, p. 158.).

(b) Se a razão auxilia na descoberta de alguns princípios e se a razão é a faculdade de deduzir verdades de princípios, então, ou nenhum princípio é inato ou tudo o que se conhece passará a sê-lo. Se há verdades na mente que não podem ser percebidas, então qual a diferença entre elas e as verdades que a razão auxilia a conhecer, quanto à sua origem? Ou todas são inatas ou todas adquiridas. Afinal, não é possível distingui-las.

(c) Se a razão auxilia na descoberta de alguns princípios, então como podem tais verdades estar na mente e os homens não a conhecerem? Isto não faz sentido⁹.

⁹ “Locke considera que esta consciência é *inseparável do pensar e essencial a ele*, e vem expressada pelo fato de que *é impossível para alguém perceber sem perceber que percebe*, até o ponto de que é tão inteligível dizer que um corpo é extenso e sem partes, como que algo pensa sem ser consciente dele ou sem perceber o que faz (...). Isto é: do ponto de vista de Locke, que é o ponto de vista empírico, a consciência não só é condição para conhecer a existência do pensamento, senão que, por ele, é também a condição de sua própria existência, sua *ratio essendi*: se não temos consciência do pensar, não podemos afirmar que se produz o pensar; pois não há consciência sem pensar, porém propriamente, tampouco há pensamento sem consciência”. (MARTÍNES, Pedro-José Herráiz. La aportación de Locke en el origen del analisis contemporáneo de la conciencia (la conciencia y la identidad personal en J. Locke). *Contextos*. no 27-28. V. XIV, 1996, p.231;) “Contra a teoria cartesiana das idéias inatas, Locke disse o essencial, e seus sucessores nada acrescentaram. Trata-se de idéias inatas atuais, formadas todas no espírito e presentes nele desde a sua origem? A hipótese é contrária aos fatos, pois nem as crianças nem os incultos, nem os loucos, têm as idéias de um homem adulto cultivado. Trata-se de idéias inatas virtuais, de idéias que o espírito atualiza extraindo de seu próprio interior? A hipótese é contraditória, pois o pensamento, segundo Descartes, se define pela consciência. Dizer que uma idéia está no espírito sem que ele se dê conta é dizer que ela está e não está lá”. (VERNEUX, R.. *Epistemologia general o critica del conocimiento*. Barcelona: Herder, 1985, p. 46-47.).

Afirmar que uma noção está impressa na mente e, ao mesmo tempo, afirmar que a mente a ignora e jamais teve dela qualquer conhecimento, implica reduzir estas impressões a nada. Não se pode afirmar que qualquer proposição está na mente sem ser jamais conhecida e que jamais se tem disso consciência (E.E.H.,1.1.5.).

Portanto, quando os inatistas afirmam que tais princípios vêm junto com a razão, Locke replica, afirmando que: (a) crianças somente chegam a conhecer todos os princípios, supostamente inatos, após a idade da razão; (b) os inatistas não querem declarar inato todo o conhecimento que vem do uso da razão; (c) mesmo que tais princípios sejam assentidos por todos quando chega uso da razão, isso não prova serem inatos.

Por último, os inatistas defendem que algumas proposições são imediatamente aceitas enquanto elas são propostas, isto é, são auto-evidentes. Este argumento tem conseqüências infelizes. Se alguém postula o inatismo para explicar a obviedade ou a auto-evidência, ou, ainda, o assentimento imediato, para algumas proposições, então, para ser consistente, tem que aceitar que todas as suas proposições são inatas. Contudo, existem algumas proposições que são auto-evidentes, mas nem princípios nem inatas. Ninguém gostaria de dizer que verdades evidentes, como “branco não é preto” e “amarelura não é doçura” são inatas. Cito Locke:

O assentimento universal e imediato baseado na audição e entendimento dos termos consiste, concordo, num sinal de algo evidente por si mesmo;

mas evidente por si mesmo; não dependente de impressões inatas de alguma outra coisa, pertencente a várias proposições (E.E.H.,1.1.18.).

Segundo Woolhouse, duas coisas estão relacionadas a toda esta discussão e devem ser notadas: (a) rejeitando o inatismo enquanto uma causa explanatória de uma proposição auto-evidente (óbvia), Locke obriga a si mesmo a providenciar uma explanação alternativa. Ele está bem consciente de seu compromisso e promete cumpri-lo¹⁰. Ele rejeita a explicação da obviedade ou auto-evidência em termos de uma propriedade externa (porque impressas na mente), e a explica em termos de uma característica interna das próprias proposições. (b) Locke mostra que existem algumas proposições óbvias e auto-evidentes porque a doutrina que está atacando não é apenas uma doutrina de idéias inatas, mas de conhecimento inato. Um fato esclarecedor é que o inatismo era relacionado não só com conhecimento de verdades necessárias, mas especificamente a uma sub-classe delas, as verdades auto-evidentes (óbvias), ou seja, verdades de grande generalidades e abstração, chamadas de máximas ou axiomas (cf.E.E.H.,4.7.1.) ou princípios da ciência (cf.E.E.H.,4.7.11.).

No entanto a pergunta de Locke permanece:

Com efeito, por qual tipo de lógica se mostrará que qualquer noção está originalmente por natureza impressa na mente em sua primeira constituição, porque isso começa a ser observado e aceito quando

¹⁰ Ver: E.E.H., 1.2.3.;11;12;16;18;28.

uma faculdade da mente, que tem um campo bem diferente, começa a se exercitar? (E.E.H.,1.2.14.).

Portanto, ou o conhecimento é adquirido mediante experiência ou é inato. E se não é inato, então existiu um tempo quando a mente estava sem estes princípios, onde as idéias em si mesmas não são. A partir dessas premissas é que Locke construirá os demais Livros do *Ensaio*, a fim de demonstrar como o entendimento é suprido de idéias e conhecimento.

Quanto aos princípios práticos, os argumentos de Locke contra os inatistas são três: (1) os princípios práticos não são aceitos por todos; (2) não se pode afirmar que um princípio prático é inato, se ele não é cumprido; e (3) se os princípios práticos podem ser corrompidos, então não podem ser inatos.

Se já foi problemático afirmar a existência de princípios especulativos inatos, mais equívoco será defender a existência de princípios práticos inatos, pois estes, sim, é que não alcançam uma recepção universal, tais são as evidências. E, para isso, Locke apela para a história, dando a entender que seus interlocutores estão familiarizados com a história da humanidade. Após, apresenta o problema pontualmente, na seguinte pergunta: “Onde se encontra esta verdade prática, recebida universalmente, sem dúvida ou questão, como deveria ser se fosse inata?” (E.E.H.,1.3.2.).

Ao indagar sobre a idéia de justiça, reconhece que ela é encontrada entre os homens, pois até mesmo os assaltantes a praticam. Contudo, parece que só é praticada por conveniência. Afinal, não é possível compreender a justiça como um princípio prático, se ela

é utilizada pelos assaltantes com seus companheiros e, ao mesmo tempo, não utilizada, quando roubam ou matam o primeiro homem honesto que encontram pelo caminho. Assim, ao negar a idéia inata de justiça, afirma que ela vem ditada pelo que é mais proveitoso e conveniente dentro da própria comunidade e não porque são leis inatas da natureza. Seria estranho que princípios inatos pudessem ser aplicados ou não, conforme a vantagem oferecida. Se ela é comum tanto aos honestos como aos ladrões, por que, então, para que estes últimos a acatem, ela deve lhes dar alguma vantagem? Locke infere daí que apenas o assentimento universal sobre o princípio da justiça não prova ser inato.

Segundo Norberto Bobbio, não existe consenso entre os homens a respeito do que é bem ou mal. Mesmo que houvesse, nada ficaria provado. O consenso pode derivar ou da educação, como no caso dos povos civilizados, ou da conveniência, como no caso dos ladrões (cf. BOBBIO, 1997, p.135.).

Entretanto, o que está em jogo aqui é o cumprimento da lei da natureza. Se os princípios práticos fossem inatos, os homens não violariam as leis da natureza, contudo as violam. Se tivessem princípios práticos inatos, saberiam o que estes princípios dizem; se possuíssem um conhecimento inato deles, não os infringiriam. Locke, nesta parte, quer sublinhar um ponto conceitual e um ponto muito prático. O ponto conceitual é que não podemos entender o que é dever sem uma lei, nem uma lei ser pressuposta, sem um legislador, ou sem prêmios e punições. O ponto prático é que a ignorância ou a dúvida da lei, as esperanças de

escapar ao conhecimento ou ao poder do legislador, podem fazer o homem recuar de um apetite atual. Se todos os homens sabem qual é seu dever, agir contra tal lei conhecida seria agir no pleno conhecimento de que a mão do *Todo Poderoso* (Deus) está visivelmente erguida e preparada para a vingança (cf.E.E.H.,1.3.13.).

Outra questão surge quando Locke faz a seguinte afirmação: *nenhuma regra moral pode ser proposta sem que a pessoa deva justamente indagar o seu princípio*. Desta forma, como pode um princípio moral ser inato, se por inato se entende aquilo que não precisa ser questionado? Esta pergunta fica sem resposta por parte dos inatistas.

Além dessa questão, Locke mostra que há várias regras morais diferentes entre os homens. Isto se dá porque são erigidas por sua utilidade e proveito e não porque são inatas, porque se assim fossem, pelo menos, deveriam ser as mesmas. No entanto, alguns axiomas práticos são opostos entre si. Se, ainda, alguns rejeitassem tais regras morais, mas o fato é que nações inteiras rejeitam, como se pode afirmar concordância neste caso? Nodari comenta que:

A regra moral não é inata, porque se fosse, não necessitaria nem toleraria provas. Necessitaria apenas ser acolhida e assentida como uma verdade inquestionável, da qual nenhum homem poderia de modo algum duvidar. De sorte que a verdade de todas as regras morais depende claramente de algo que lhe é prévio e do qual é preciso deduzi-las, o que não poderia ser se fossem inatas ou pelo menos em si evidentes (NODARI, 1999, p. 27. nota 18.).

Para a afirmação de que existem certos princípios morais com total aceitação, Locke contra-argumenta sugerindo que, para verificar isso, as ações dos homens são o melhor guia para as suas crenças. De efeito, não é dado que em todos os homens a ação exterior reflete o pensamento, ou seja, o comportamento externo não reflete a concordância interior com determinado pensamento. Segundo Woolhouse, se a aceitação de princípios práticos não acontece na prática, então qual é a diferença exatamente entre um princípio prático e um especulativo? (cf. WOOLHOUSE, 1983, p.25.) Contudo, mesmo que princípios práticos não tenham uma recepção universal, isso não quer dizer que eles não sejam verdadeiros. Existem princípios morais verdadeiros, alcançados por raciocínio e discurso. (cf. E.E.H., 1.3.1;4.). Porque, ou por inato se entende o motivo e direção das ações de todos os homens; ou por inato se entende uma verdade que todos os homens têm impressa em suas mentes e concordam com ela. Porém, responde Locke, os princípios não são inatos em nenhum desses sentidos.

Por último, os inatistas sustentam que os princípios podem ser corrompidos pela cultura e pela educação. Entretanto, se isso é possível, responde Locke, já prova que não são inatos, visto que não produzem uma certeza imediata.

Segundo Bobbio, Locke se detém particularmente sobre o consenso resultante da educação, demonstrando que, por meio da instrução, é possível inculcar nas crianças qualquer regra, por mais absurda e extravagante, até fazê-la parecer um princípio moral e

religioso. Quanto ao consenso por conveniência, volta a afirmar que o homem é levado pelo interesse – mais do que pela convicção. O argumento mais forte contra o inatismo é sempre o de impor aos seus defensores a responsabilidade de indicar quais são esses famosos princípios inatos, dos quais todos falam sem dizer em que consistem (cf. BOBBIO, 1997, p.135.).

Apresentados seus argumentos, Locke ainda faz uma crítica severa aos inatistas, afirmando que alguns acham que suas crenças privadas ou a de seus adeptos devam ser tomadas por consentimento universal, uma vez que se julgam os únicos com reta razão, e que a opinião e os votos dos demais não devam ser levados em conta. Por causa disso, doutrinas têm sido derivadas de origens não melhores que a superstição e podem, pela duração do tempo e consentimento dos confrades, atingir a dignidade de princípios em religião ou moral. Portanto, é preciso sempre examinar os princípios que fundamentam o agir.

Locke tinha aversão ao princípio de autoridade, fosse no campo intelectual ou político. Por esse motivo, no *Ensaio*, após refutar as proposições inatistas, precisamente no parágrafo XXV, afirma que o modo como o conhecimento é adquirido¹¹ pode provocar

¹¹ “A linha marcada pela *ciência experimental* foi o caminho que adotou Locke para levar a cabo seu trabalho de fundamentação. A experiência sensível como base, junto com o recurso da razão, eram os princípios sobre os quais se desenvolvia essa *nova ciência* e ele acolheu agradecido como o único meio adequado para libertar-se da adesão irreflexiva da tradição por um lado, e do entusiasmo por outro, tidos como base da verdade; porém que em sua consideração não são senão as maiores fontes de erros”. (MARTÍNEZ, Pedro J.H.. Tolerancia y escepticismo: el caso de J. Locke. *Dialogo filosofico*. no 37. 1997, p. 59.).

implicações sérias em nossa liberdade e nas relações políticas. Pois, o fato de algumas proposições, após serem entendidas, possuírem uma força muito grande de persuasão, levou alguns homens a não questioná-las mais. Isso permitiu que alguns as declarassem como inatas e favoreceu aqueles que não tinham grande interesse na pesquisa daquilo que era duvidoso. Isso apoiou e beneficiou, então, a dominação de uns sobre os outros, uma vez que o poder daqueles que ensinavam que certos princípios não podiam ser questionados só tenderia a aumentar em relação àqueles que os aceitavam passivamente. Cito Locke:

Uma vez estabelecida esta doutrina, isto é, que há princípios inatos, situou seus adeptos com a necessidade de receber certas doutrinas sem discussão, desviando-os do uso de suas próprias razões e julgamentos, e levando-os a acreditar e confiar nelas sem exame posterior. Com esta postura cega de credulidade podem ser com mais facilidade governados, passando a ser úteis para certa espécie de homem que têm a perícia e a função para guiá-los (E.E.H.,1.4.25.).

Segundo Yolton, pode haver uma referência velada a doutrinas religiosas nesta passagem, quando Locke faz referência à cega credulidade de alguns homens em face de certos princípios (YOLTON,1996, p. 133.). Locke descreve esses homens como querendo ter poder sobre outros ao reivindicarem a autoridade para serem ditadores de princípios e professores de verdades indiscutíveis; eles querem fazer um homem engolir isso

como se fosse um princípio inato, o que pode servir a seus propósitos. Essa suspeita também é reforçada pelo seu uso da analogia¹² de engolir princípios numa outra passagem (cf.E.E.H.,4.20.4.).

Contudo, segundo Specht, o Livro I, do *Ensaio*, é muito mais do que um combate contra determinada doutrina acerca do conhecimento, é um verdadeiro manifesto político contra aqueles que desejavam possuir o poder utilizando-se da doutrina do inatismo.

O Livro primeiro é, no entanto, ainda mais do que o manifesto de um iluminista, que consideraria maravilhoso se os seres humanos (quando se fala aqui de seres humanos, deve-se ter presente que se trata de uma minoria burguesa) pensassem autonomamente e formassem sua opinião própria. Todos esses elementos são muito importantes para Locke, mas ele deseja mais do que apenas liberdade de opinião na filosofia e na religião, pois ambas estão incluídas num projeto político. Por isso, pode-se radicalizar a interpretação pragmática comum, com a qual os autores concordam, e supor o seguinte: O Livro primeiro dirige-se não apenas a pedantes teimosos, que desejam estupidificar os outros, para que esses possam continuar respeitando a inteligência daqueles; mas é, ao mesmo tempo, um manifesto político contra homens, que querem tomar ou conservar o poder que não lhes compete e que utilizam a mentira de que existem idéias inatas como

¹² “Em sua descrição da natureza da mente e seu funcionamento, Locke emprega numerosas analogias. São recursos explanatórios que o ajudam, em lugar de um vocabulário psicológico, na articulação de processos cognitivos”. (YOLTON, 1996, p. 21.).

instrumento de dominação. Se, pois, o interesse pragmático do Livro primeiro consiste nisso, então este livro encontra-se em ligação estreita com a tendência do *Treatises of Governement* (SPECHT, 1997, p. 53.).

Essa posição também é defendida por Laslett, que afirma que os resultados políticos dessa atitude foram enormes. Talvez tenha sido ela o solvente mais eficaz para a atitude jusnaturalista. Embora Locke “investigasse no *Ensaio* o modo como o homem adquire conhecimento das coisas, o objetivo que tinha em mente, ao começar, era ajudar os homens como agir” (LASLETT *in* LOCKE, 1998, p. 121-122.).

Karl Popper, comentando o movimento de libertação que se iniciou na Renascença, do qual os povos de língua inglesa foram os protagonistas, explicita exatamente o aspecto condicional entre conhecimento e liberdade, afirmando que este movimento político se baseou em um *otimismo epistemológico*, isto é, numa visão extremamente otimista do poder do homem de discernir a verdade e adquirir conhecimento. Assim se expressa:

Esses filósofos ensinavam que não havia necessidade de apelar para a autoridade em assuntos relacionados com a busca da verdade, porque cada homem traz consigo as fontes do conhecimento: seja na sua capacidade de percepção pelos sentidos, que pode utilizar ao observar cuidadosamente a natureza, seja no poder de investigação intelectual. O homem pode conhecer: logo pode ser livre. É esta a fórmula que explica a ligação entre o otimismo epistemológico e as idéias liberais (POPPER, 1972, p. 33.).

Contudo, Popper também diz que é possível fazer a relação oposta:

Existe também a ligação oposta. A descrença na razão humana, na capacidade do homem de discernir a verdade, está quase sempre ligada à desconfiança no próprio homem. Assim, o pessimismo epistemológico está historicamente ligado à doutrina da depravação do homem; tende a gerar a necessidade de tradições fortes e de uma autoridade poderosa, que poderia salvar o homem de sua loucura e maldade (POPPER, 1972, p. 34.).

Portanto, ao combater o inatismo, Locke combatia não tanto uma posição epistemológica, mas o dogmatismo sob qualquer forma, denunciando os “donos da verdade”, que se recusavam a discutir as suas idéias (cf. BOBBIO, 1997, p.136.). Por causa disso, Locke afirma que todo princípio deve ser sempre examinado pela razão, pois ela “é a pedra de toque para a verdade e o conhecimento; é também o guia para a ação” (YOLTON, 1996, p. 226.). Isso fará da razão o fundamento de todas as relações sociais e políticas pensadas por Locke.

Com base nesse pressuposto, Locke elabora, nos *Dois Tratados*, uma crítica feroz a teoria da monarquia absoluta e a teoria do direito divino dos reis. O seu alvo principal é Robert Filmer, em sua obra *O Patriarca*, que defende a monarquia absoluta, baseada na sucessão do poder paterno.

Robert Filmer, em sua obra *O Patriarca*, defende que o poder de governar a Terra foi dado a Adão nos primórdios, e somente a ele, e por consequência por

herança aos seus sucessores. Visto que o poder está vinculado diretamente à propriedade, aquele que tem o domínio de tudo deveria também governar tudo. Assim, Filmer alegando haver, na Revelação, prova de que alguns homens são superiores a outros, defendendo a posição de que o povo não é livre para escolher a forma de governo e seus governantes. Locke considerou esta doutrina tão perigosa que não mediu esforços para refutá-la. Se reconstituíssemos o *Primeiro Tratado* perceberíamos que os argumentos de Locke são de dois tipos. O primeiro nega os argumentos de Filmer através da interpretação das Escrituras; e o segundo mostra que não existem evidências suficientes para crer nas proposições de Filmer, evidências estas históricas e, portanto, factuais. Não sabendo quem é o sucessor de tal poder, resta, portanto, que toda a humanidade está em situação de igualdade.

Assim, vigora, também aqui, a posição de Locke no *Ensaio*: a lei da razão. É a capacidade racional que cada pessoa possui e desenvolve que lhe indicará como agir, até onde é livre e o que lhe pertence. Restará, portanto, um único caminho para formarem um governo civil: o livre consentimento, que Locke trata longamente no *Segundo Tratado*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHCRAFT, R. *Revolutionary Politics and Locke's Two Treatises of Government*. Cambridge: Cambridge press, 1969.

BOBBIO, N. *Locke e o Direito Natural*. Brasília: UNB, 1997.

BRAUN, R. La ley natural y la sociedade humana: acerca de un argumento de Locke: *Revista de filosofia*. 21. Buenos Aires: Universidad Nacional de la Plata, 1969, p.25-34.

CENCI, A. As implicações do individualismo possessivo na teoria política de Locke. *Crítica*, Londrina, v.2, n.5, p. 55-76, out/dez. 1996.

CHAPPEL, V. *The Cambridge Companion to Locke*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DANCY, J. and SOSA, E. *A Companion to Epistemology*. Blackwell, 1992.

FILHO, E. J. J. *Moral e história em John Locke*. São Paulo: Loyola, 1992. (col. filosofia, v. 20).

GHIGGI, G. *O conceito de disciplina em John Locke*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LEROY, A. L. *Locke*. Lisboa: Edições 70, 1985.

LOCKE, J. *An essay concerning human understanding*. New York: Dover Publications, 1959. (Collated and annotated, with prolegomena, biographical, critical, and historical by FRASER, A. C.)

_____. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (O aparato crítico que compõe esta edição foi preparado por Peter Laslett e publicado originalmente

em: Locke: **Two Treatise of Government**, Cambridge: Cambridge University press, 1960.)

_____. *Ensaio acerca do entendimento humano*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOWE. *Locke; An Essay concerning Human Understanding*. New York: Routledge, 1995.

MACKIE, J. L. *Problems from Locke*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

MACPHERSON, C.B. *A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTÍNES, P. J. H. La aportación de Locke en el origen del análisis contemporáneo de la conciencia (la conciencia y la identidad personal en J. Locke). *Contextos*. nº 27-28. V. XIV, 1996, p. 227-252.

_____. Tolerancia y escepticismo: el caso de J. Locke. *Dialogo filosófico*. nº 37. 1997, p. 55-62.

MERQUIOR, J.G. *O liberalismo: antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MICHAUD, Y. *Locke*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MORENO, A. F. Dos notas en torno a la idea de derecho natural en Locke; Hooker en el Segundo Tratado de Gobierno Civil In: *Revista de Estudios Políticos*. 109. Madrid, 1960, p. 159-165.

NODARI, P. C. *A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

OLIVEIRA, M. A. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1983.

POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*. Brasília: UNB, 1972.

QUIRINO, C. G. et all. *O pensamento político clássico*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

ROGERS, G. A. J. *Locke's philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

SANTILLÁN, J. F. *Locke y Kant; Ensayos de filosofia política*. México: Fondo de cultura económica, 1992.

SPECHT, R. Über angeborene Ideen bei Locke, In: *John Locke, Essay über den menschlichen Verstand*. THIEL, Udo (ed.) Berlin: Akademie, 1997.

VERNEUX, R. *Epistemologia general o critica del conocimiento*. Barcelona: Herder, 1985, p. 46-47.

WOOLHOUSE, R. S. *Locke*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

YOLTON, J. W. *Dicionário Locke*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.